



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 3.ª SL

Em 18 de outubro de 2017, pelas 10 horas e 00 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apresentação do texto produzido no âmbito do Grupo de Trabalho - Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª (GOV) - "Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos;
Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS)**
4. **Nova apreciação na generalidade das seguintes iniciativas legislativas (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão):**
 - A)
Projeto de Lei n.º 364/XIII/2.ª (PSD) - "Altera a Lei n.º 37/81 (Lei da Nacionalidade)";
Projeto de Lei n.º 390/XIII/2.ª (BE) - "Altera a Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e o regulamento emolumentar dos registos e notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro";
Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.ª (PCP) - "Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade)";
Projeto de Lei n.º 544/XIII/2.ª (PS) - "8.ª Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 31/87, de 3 de outubro, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 1/2004, de 15 de janeiro, n.º 2/2006, de 17 de abril, n.º 1/2013, de 29 de julho, n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho";
Projeto de Lei n.º 548/XIII/2.ª (PAN) - "Altera a Lei da Nacionalidade";
 - B)
Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª (GOV) - "Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa";
Projeto de Lei n.º 242/XIII/1.ª (BE) - "Reconhece o direito à autodeterminação de género";
Projeto de Lei n.º 317/XIII/2.ª (PAN) - "Assegura o direito à Autodeterminação de Género";
5. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente de todas aquelas cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;**
6. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
7. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 3.ª SL

PROPOSTA DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 97/XIII/3.ª (GOV)	Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo.	Não foi designado relator - Competente 6-CEIOP Obs: Conexão com a 1.ª Comissão
PPL 99/XIII/3.ª (GOV)	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018 Pareceres sectoriais: Justiça; Administração Interna e Igualdade	Deputado Fernando Negrão (PSD) – Administração Interna; Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) – Justiça; Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) – Igualdade.
PPL 100/XIII/3.ª (GOV)	Aprova o Orçamento do Estado para 2018 Pareceres sectoriais: Justiça; Administração Interna e Igualdade	Deputado Fernando Negrão (PSD) – Administração Interna; Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) – Justiça; Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) – Igualdade.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, tomou da palavra o Senhor Deputado José Silvano (PSD), na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho – Financiamento dos Partidos e das Campanhas Eleitorais, descrevendo de forma sucinta os trabalhos desenvolvidos por este Grupo de Trabalho, que procurou promover alterações minimalistas, tendo em vista o denominador comum existente. Desta forma, o Senhor Presidente anunciou que os trabalhos efetuados seriam remetidos às direções dos diferentes Grupos Parlamentares, para a devida apreciação.

Seguiu-se a apresentação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 96/XIII/3.ª](#) - Altera o Código de Processo Penal permitindo a notificação eletrónica de advogados e defensores oficiosos, pelo respetivo relator, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), que a final foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Já no âmbito do quarto ponto, o Senhor Presidente deu conta aos Senhores Deputados que lhe havia sido comunicada a disponibilidade dos Grupos Parlamentares para a constituição de um Grupo de Trabalho dedicado à nova apreciação na generalidade das várias iniciativas legislativas que visam a alteração da Lei da Nacionalidade: os Projetos de Lei n.º [364/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Altera a Lei n.º 37/81 (Lei da Nacionalidade); [390/XIII/2.ª](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 3.ª SL

[\(BE\)](#) - Altera a Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e o regulamento emolumentar dos registos e notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro; [428/XIII/2.ª \(PCP\)](#) - Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade); [544/XIII/2.ª \(PS\)](#) - 8.ª Alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 31/87, de 3 de outubro, alterada pela Lei n.º 25/94, de 19 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, e pelas Leis Orgânicas n.º 1/2004, de 15 de janeiro, n.º 2/2006, de 17 de abril, n.º 1/2013, de 29 de julho, n.º 8/2015, de 22 de junho e n.º 9/2015, de 29 de julho; [548/XIII/2.ª \(PAN\)](#) - Altera a Lei da Nacionalidade. Assim sendo, depois de o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) ter confirmado essa disponibilidade, o Senhor Presidente transmitiu que aguardaria a indicação da composição do Grupo e do respetivo coordenador.

Ainda no mesmo ponto, o Senhor Presidente divulgou a intenção de a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação realizar audições incluídas na nova apreciação na generalidade das iniciativas relacionadas com o direito à autodeterminação da identidade de género, em particular a [Proposta de Lei n.º 75/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e os [Projetos de Lei n.º 242/XIII/1.ª \(BE\)](#) - Reconhece o direito à autodeterminação de género e [317/XIII/2.ª \(PAN\)](#) - Assegura o direito à Autodeterminação de Género, tendo a Comissão anuído com a adoção deste procedimento.

Não havendo lugar à apreciação de relatórios finais de petições nem à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelas de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Rios de Oliveira